Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Trata-se de Ofício n. 460/2021-DF (expediente n. 0754149- 78.2021.8.11.0003), de 03/11/2021, subscrito pelo Juiz de Direito Dr. Renan Carlos Leão Pereira do Nascimento, Diretor do Foro da Comarca de Rondonópolis, por meio do qual solicita implementação de medidas que assegurem a acessibilidade física às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida para o prédio do Fórum da Comarca de Rondonópolis.

Em 2022 este Departamento de Obras emitiu Projeto Básico n. 4/2022 para aquisição e instalação de elevador por meio da Tomada de Preço n. 2/2022, cujo procedimento restou deserto. Em nova tentativa de contratação, ainda no exercício de 2022, emitiu-se o Projeto Básico n. 6/2022, por meio da Tomada de Preço n. 3/2022, a qual também restou deserta.

Diante do exposto, considerando a concepção arquitetônica de dois pavimentos da sede do Fórum da Comarca de Rondonópolis, este Departamento de Obras apresenta estudo técnico preliminar com proposta contratação de empresa especializada para confecção e instalação de 01 (um) elevador panorâmico externo social para o edifício Fórum de Rondonópolis.

A aquisição e instalação de equipamento de transporte vertical atende às necessidades de acessibilidade do edifício, em atenção aos preceitos contidos na Resolução nº 114/2010 do CNJ (https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/146) acerca da garantia de acessibilidade a todas os usuários das unidades desse Poder Judiciário.

Página 1 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

# ALINHAMENTO ENTRE A DEMANDA E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO

A contratação encontra-se respaldada no planejamento do Tribunal, em especial, no programa de aprimoramento do suporte e da gestão organizacional do Poder Judiciário, visando a melhoria das edificações.

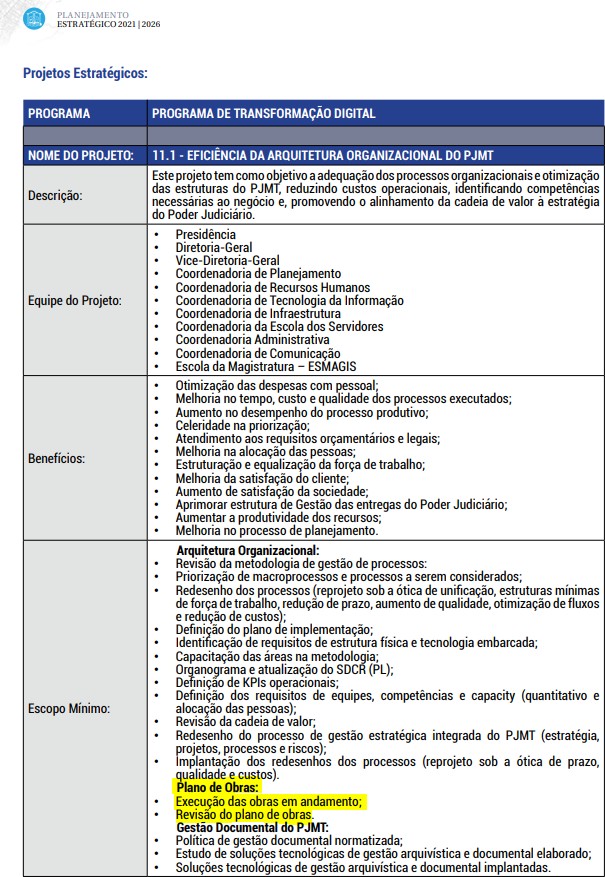
Plano de diretrizes e metas 2022-2023:

<https://gestaoestrategica.tjmt.jus.br/pagina/63c9cb82526d9d001b22ccdf>

Página 2 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997



Planejamento Estratégico Participativo 2021 – 2026:

<https://gestaoestrategica.tjmt.jus.br/pagina/6091ab356fe764001bd6d4df>

Página 3 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

# REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os requisitos mínimos dos equipamentos, de materiais e serviços são determinados pelas especificações indicadas na descrição dos serviços da planilha estimativa.

Como se trata de obra de engenharia será exigido Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante e Certidão de Acervo Técnico dos profissionais responsáveis técnicos, bem como o registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), sempre em obediência às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação.

Por se tratar de procedimento licitatório, consideramos necessária a apresentação de documentos relativos à qualificação econômico-financeiras, limitados ao que determina a Lei 8666/93, bem como a apresentação de garantia contratual.

# ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O projeto básico elaborado pelo Departamento de Obras do TJMT, apresenta o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra pretendida, objeto da licitação, que asseguram a viabilidade técnica e que possibilitam a correta elaboração dos custos da obra, bem como a definição do prazo de execução estimada em 180 dias.

Trata-se de confecção e instalação de 01 (um) elevador panorâmico externo social de 02 (duas) paradas, com capacidade de carga de 600kg, capacidade de passageiros para 08 (oito) pessoas; e ainda execução de torre estrutural em aço e vidro para sustentação do elevador.

# LEVANTAMENTO DE MERCADO

É sabido que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta.

Como Execução Direta do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades, executam o serviço pretendido. Para que se configure a dita espécie

Página 4 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal, etc à conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.

Já a Execução Indireta se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessitado ou fornecer o produto almejado. Tal espécie de execução do objeto contratado se dá através das seguintes formas: Empreitada por Preço Global; Empreitada por Preço Unitário; Tarefa; Empreitada Integral, contratação por tarefa, contratação integrada, contratação semi-integrada, fornecimento e prestação de serviço associado.

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, tendo em vista que o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso não detém os meios necessários à concretização do objeto; e através de empreitada por preço unitário que enseja na apuração de cada um dos itens que integram o projeto básico e executivo do objeto a ser licitado e contratado, apontando-se os respectivos quantitativos, seus preços unitários e o valor total de cada item, apurando-se, de tal forma, o valor total da contratação, e que há meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado.

# ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado será de **R$ 302.441,99** (trezentos e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos

O custo global de obras e serviços executados pelos órgãos do Poder Judiciário são obtidos a partir de custos unitários de insumos ou serviços iguais ou menores que a mediana de seus correspondentes, no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e índices da Construção Civil (SINAPI), mantido e divulgado, na internet, pela Caixa Econômica Federal (Art. 9º da Res. 114/2010/CNJ).

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados em Planilha Orçamentária Estimativa, apêndice do Projeto Básico.

A presente contratação adotará empreitada por preço unitário como regime

de execução.

Página 5 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

# DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Esta contratação destina-se à aquisição e instalação de equipamento de transporte vertical para atender as necessidades de acessibilidade do edifício do Fórum de Rondonópolis. Tais serviços englobam resumidamente:

* + Execução de torre em estrutura de aço para sustentação de elevador, com fechamento em vidro laminado, para suportar uma carga estática, com altura de 7,5m, com dimensões internas de 1,65 x 1,65m, em peças pré montadas e parafusadas. Pintura da estrutura metálica com fundo e tinta anti corrosivo
  + Instalação do elevador de 02 paradas, com capacidade de 600kg e 08 pessoas.

# JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO:

Por conta do volume financeiro a ser empregado e a natureza dos serviços que inviabilizam a divisão ou a fragmentação dos itens em partes, não será reservada cota de exclusividade para microempresa e empresas de pequeno porte, já que se tratam de serviços em sua totalidade, com entrega de material para a execução desses serviços, todos correlacionados tecnicamente entre si (Art. 49, inciso III da Lei Complementar n. 123/2006).

A subcontratação permitida no Projeto Básico não se confunde com a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte referente a Lei Complementar n. 123/2006, visto que a sua efetiva operacionalização depende da vontade exclusiva do contratado que poderá, ou não, subcontratar terceiros durante a execução do contrato. Neste caso não há o dever da Administração exigir a subcontratação, eis que a redação legal confere poder discricionário ao utilizar o termo “poderá”.

# VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

Não serão aceitas participação de empresas enquadradas nas modalidades de consórcio no presente procedimento licitatório.

Página 6 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

Conforme art. 33 da Lei n. 8666/93, a conveniência de admissão de participação de consórcios nos procedimentos licitatórios é decisão meramente discricionária da Administração Pública.

A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em o objeto deste Projeto Básico é perfeitamente pertinente e compatível com empresas atuantes no ramo da construção civil, cuja participação de uma gama variada de empresas, às quais, em sua maioria absoluta, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, demonstrando possuir condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que por consequência não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

A permissão de participação de empresas em consórcio na licitação é excepcional justamente porque o que se quer é preservar o máximo possível à competitividade do certame.

Ademais, o objeto do presente Projeto Básico não se configura pela necessidade de multidisciplinaridade em termos de serviços a serem prestados, visto que compreende tão somente execução de reforma e ampliação de edificação pública existente.

Frente ao exposto, tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste caso, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

# RESULTADOS PRETENDIDOS:

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

* Proporcionar acessibilidade aos magistrados, servidores e jurisdicionados, gerando bem-estar e otimização dos trabalhos

Página 7 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

* Atingir a meta estabelecida no Plano de Obras e Planejamento Estratégico

# PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

* Elaboração de Projeto Básico e orçamento estimativo para tramitação de procedimento licitatório para a contratação dos serviços.
* Prover os devidos acessos à contratada, de modo que a mesma possa executar satisfatoriamente os serviços, inclusive definindo horários para execução dos mesmos, local de armazenamento de insumos, formas de acesso dos operários etc

# CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A proposta de contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar guarda relação direta com o Contrato 69/2023 de acompanhamento e fiscalização de obras, visto que o presente pleito exige fiscalização exercida por mão de obra especializada na área de Engenharia/Arquitetura, com atribuições resguardadas pela Lei n. 5194/1966, Lei n. 8666/93, Resolução n. 1010/2005/ CONFEA, Resolução n. 21/2012/CAU.

# POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Considerando o art. 6º, IX e art. 12, VIII da Lei n. 8666/93, a contratação da presente obra de Engenharia observa critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade previstos nas especificações técnicas do objeto e nos projetos executivos, anexos do Projeto Básico.

Outrossim, além da Lei de Licitações, observa-se ainda que:

A presente obra no edifício do Fórum da Comarca de Rondonópolis **não se enquadra entre os estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental**, nos termos do art. 10 da Lei n. 6.938/81.

A presente obra no edifício do Fórum da Comarca de Rondonópolis **não se enquadra entre os empreendimentos passíveis de Estudo de impacto ambiental**

# – EIA e relatório de impacto ambiental – RIMA, nos termos do Art. 2º da Resolução

Página 8 de 9

Documento assinado digitalmente por: DIOGO GONÇALVES

Para validar a(s) assinatura(s) ou baixar o original acesse acesse https://cia.tjmt.jus.br/publico/ValidarDocumento/default.aspx?codigoValidacao=BCF8D997

**CONAMA n. 1/1986**, pois não altera as condições do meio ambiente e/ou dos elementos presentes na região onde o imóvel será edificado, em consequência de atividades humanas (antrópicas).

A presente obra no edifício do Fórum da Comarca de Rondonópolis **não tem necessidade de licenciamento ambiental,** pois não se enquadra entre os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, conforme **Art. 2º, § 1º, Anexo I da Resolução CONAMA n. 237/1997**.

Por fim, observando a Resolução CONAMA n. 307/2002, o projeto básico prevê entre as obrigações da contratada, destinação adequada de resíduos sólidos, comuns à obras de construção civil.

# POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, contratação de empresa especializada para confecção e instalação de 01 (um) elevador panorâmico externo social para o Fórum de Rondonópolis contratação mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Cuiabá, 07 de julho de 2023.

*(assinado digitalmente)*

***Diogo Gonçalves***

Diretor do Depto. de Obras mat. 9353 Engenheiro Civil CONFEA 120.920.394-4 CPF n. 593.770.701-04

Página 9 de 9